

GAZETA MERCANTIL

UE-Mercosul: trabalho intenso para fechar acordo

Bruxelas, 13 de Maio de 2004 - O Mercosul e a União Européia "trabalham intensamente" para concluir antes de outubro um acordo de livre comércio, informaram ontem, fontes diplomáticas, depois da visita do presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Eduardo Duhalde, ao Executivo da UE. Duhalde, que se reuniu com o chefe da Comissão Européia, Romano Prodi, disse ao término da reunião, que ambas as partes confiam que na próxima cúpula de Guadalajara (México) será dado um impulso definitivo ao acordo entre Mercosul e UE.

Nos dias 28 e 29 de maio será realizada em Guadalajara a terceira cúpula dos chefes de Estado e governo da UE, A. Latina e o Caribe, a terceira na qual as partes esperam avanços nas relações entre Europa e América Latina, explicou Duhalde. Prodi assinalou que "seria de nosso máximo interesse chegar à reunião de Guadalajara com boas notícias".

O presidente da Comissão Européia pediu ao Mercosul avanços na consolidação de suas instituições e Duhalde informou dos progressos na integração entre Mercosul e a Comunidade Andina, acrescentaram as fontes. Trata-se da primeira visita de Duhalde à capital européia desde sua nomeação, que fontes da Comissão qualificaram de "passo importante" para a comunicação entre ambas partes.

O Mercosul e a UE começaram no dia 3 de maio uma nova rodada de contatos, destinados a conseguir um acordo de associação. A CE está "plenamente comprometida" com a idéia de concluir este ano um acordo, informaram fontes da UE, indicando que as conversações se encontram em um momento "crucial". As principais dificuldades nas negociações se centram no capítulo agrícola e no setor serviços.

O Mercosul quer concessões significativas no que diz respeito ao acesso de seus produtos agrícolas aos mercados europeus, e a UE em três áreas: bens industriais, serviços e compras governamentais.

Segundo os especialistas, a conclusão de um acordo com a União Européia daria força ao Mercosul nas negociações para conseguir um Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) com os EUA.

Argentina pode ir à OMC contra Brasil

São Paulo, 13 de Maio de 2004 - Indústria estrangeira reclama que contribuições de importados criam barreira protecionista. A cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social e para o financiamento da seguridade social (PIS/Cofins) dos produtos e serviços importados está causando polêmica não apenas em território nacional. A Argentina já estuda a possibilidade de entrar com uma representação na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Brasil. A afirmação é do advogado Sérgio Presta, do Veirano Advogados. A alegação é que, ao instituir a cobrança desses tributos sobre os importados, o Brasil estaria criando uma barreira protecionistas. De acordo com o advogado, uma indústria química argentina estaria negociando com o governo daquele país uma representação contra o Brasil. A empresa, cliente do escritório brasileiro, estima perdas anuais de cerca de US\$ 1 milhão por conta do aumento nas contribuições.

O advogado afirma que um processo antidumping que o Brasil pretende mover contra a Argentina pode significar uma moeda de troca entre os dois países. "Amanhã (hoje) temos uma reunião na Argentina para identificar os desdobramentos políticos do processo", esclarece o advogado, comentando que mesmo que o país decida não ir à OMC contra o Brasil, seu cliente está preparado para fazê-lo. "Sem o respaldo do país, o processo se torna mais complicada, mas estamos trabalhando também com essa possibilidade", comenta, que representará a empresa no processo e que também poderá representar o governo argentino.

Desde 1º de maio, o PIS e a Cofins passaram a ser cobrados também dos produtos importados. O argumento do governo para essa cobrança é o de dar tratamento igual entre bens e serviços importados e os nacionais, já que os produtos brasileiros pagam essas contribuições. No entanto, especialistas afirmam que a sistemática e a incidência dos tributos sobre os importados é diferente da dos produtos nacionais. Eles não teriam, por exemplo, o direito à compensação das contribuições. "Há, em princípio, um fundamento na reclamação da Argentina porque o governo brasileiro criou uma discriminação em relação aos importados", afirma o professor de direito internacional da Universidade de São Paulo, Umberto Celli. "A incidência do PIS e Cofins dos importados é diferente e isso cria uma barreira para a importação", comenta Umberto Celli, que também é advogado do escritório L.O. Baptista Advogados.

Sérgio Presta lembra ainda que, apesar do PIS e Cofins juntos somarem uma alíquota nominal de 9,25%, a alíquota efetiva é de 12,78%. Além disso, comenta o advogado, a cobrança é cíclica o que significa aumento também no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Efetivamente, o ICMS sai de uma alíquota de 18% e vai para 24,71%. "Diferentemente de outros países, o valor aduaneiro no Brasil é: o valor do produto somado ao ICMS, PIS e Cofins", diz Sérgio Presta. "Esses três tributos nas importações representam, juntos, uma carga tributária de 37,49%", explica o advogado. "Além disso, os importados também pagam o Imposto sobre Importações (II) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)."

Em tese, a indústria estrangeira não paga as novas contribuições, que são cobrados dos importadores. No entanto, os produtos estrangeiros ficam menos competitivos com as mudanças. Isso porque será inevitável um repasse para o produto final. Como não há margem no mercado para um repasse total, os importadores já estão negociando com seus fornecedores uma redução de preços. "Apesar do governo brasileiro não ter criado uma taxação por cota como fez os Estados Unidos, por exemplo, ele criou uma taxação por tributo", diz Sérgio Presta.

A advogada Adriana Dantas Fonseca, do escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados, diz acreditar que a questão será resolvida antes mesmo de uma representação na OMC. "Considerando todas as etapas e as dificuldades de um processo na OMC, não acho que vai até o fim", comenta a advogada. Antes da ação chegar ao órgão de solução de controvérsias da OMC, a representação passa por órgãos auxiliares, que identificam o problema e realizam um parecer, que podem ser ou não aceito pelos países. Todo esse processo, de acordo com Umberto Celli, pode levar até uma ano e muitos países, ao receber a primeira 'notificação' já se manifestam. "Há um incentivo para que os países resolvam os conflitos diplomaticamente", finaliza Umberto Celli.

EL COLOMBIANO

Firman TLC entre E.U. y Centroamérica

El Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Centroamérica y Estados Unidos será firmado el próximo 28 de mayo en Washington ante la Organización de Estados Americanos (OEA), informó una fuente oficial nicaragüense. La firma de este acuerdo comercial, que empezaría a regir en 2005, será efectuada por los ministros de Economía de Centroamérica y el responsable estadounidense de Comercio Exterior, Robert Zoellick, dijo el ministro nicaragüense de Industria y Comercio, Mario Arana. El funcionario admitió que el Congreso estadounidense difícilmente podrá aprobar el TLC este año, porque hay elecciones en ese país. Centroamérica da otro gran paso.

EL COMERCIO

Futuro del TLC dependerá de quién gane las elecciones en Estados Unidos

Terry L. McCoy, director del programa de negocios latinoamericanos de la Universidad de Florida, aseguró que el futuro del Tratado de Libre Comercio entre el Perú y los Estados Unidos dependerá en gran medida si los republicanos o los demócratas ganan las elecciones en el Congreso norteamericano.

Durante su presentación en la conferencia 'El TLC y el futuro de la integración hemisférica', el profesor McCoy dijo que veía difícil la implementación del TLC si las elecciones a la presidencia las ganaba el partido demócrata y el Congreso quedaba en manos de los republicanos, porque no existirían las condiciones para llegar a un acuerdo con respecto al tema.

"Si las elecciones a la presidencia y al Congreso las ganan los republicanos las cosas serán más fáciles", comentó. Indicó que en el Congreso de su país no se tratará ningún asunto relacionado con acuerdos comerciales por lo menos hasta noviembre próximo.

EL PAIS

Mercosur quiere una cuota extra de 350 mil toneladas

El próximo martes 18, cuando finalmente la Unión Europea y el Mercosur presenten por escrito sus pretensiones para avanzar hacia la concreción de un acuerdo de asociación y libre comercio entre ambos bloques, el Mercosur planteará contar con una cuota extra para exportar 350 mil toneladas anuales de carne vacuna, según establece una información de AFP proveniente de Bruselas, sede de la UE. Dicho volumen equivale al 5% del consumo europeo, es decir, 7,5 millones de toneladas de carne al año, tomando en cuenta la reciente integración de 10 nuevos países al bloque del viejo continente.

En las conversaciones preliminares, los voceros europeos le habían establecido a sus pares del Mercosur que la cuota extra de acceso para carne de alta calidad podría ser de 100 mil toneladas. Sin embargo, los representantes privados de la cadena agroindustrial cárnica del Mercosur, reunidos en Punta del Este el pasado 13 de abril, acordaron asesorar a sus autoridades que la exigencia fuera mayor, hasta alcanzar el 5% del consumo europeo, en el entendido de que Europa está adoleciendo de stocks y que tendrá problemas de abastecimiento del alimento en los próximos años.

La información proveniente de Bruselas establece que el Mercosur exportó en 2003 más de 200 mil toneladas de carne a la UE, de las cuales 100 mil fueron de carne bovina de alta calidad. La UE, por su parte, importa 400 mil toneladas anuales de carne y, según estudios de la Comisión Europea, deberá importar otras 237 mil con la integración de 10 nuevos países, por lo que debería adquirir fuera de fronteras serían 637 mil toneladas .

PROTESTA. Para denunciar lo que son las negociaciones y cómo afectarán a sus productores, la Federación Nacional Bovina (FNB) de Francia organizará hoy en los jardines al pie de la Torre Eiffel, en París, una degustación de carnes francesas. La FNB denuncia el riesgo de desestabilización del mercado europeo a causa de esas importaciones de carne que no pueden ofrecer al consumidor el nivel de calidad, sanitario y seguimiento que tienen las carnes locales.

"México no cumplió"

El ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca aseguró que México "no está cumpliendo" el acuerdo que él mismo suscribió semanas atrás, por el cual desde el pasado 1º de abril debería estar permitiendo el ingreso de carne uruguaya a su mercado. Hasta el momento, todavía está vedada la entrada, por más que "nosotros cumplimos con todos los requisitos que nos exigieron".

A su salida ayer del Edificio Libertad, donde firmó acuerdos con el Presidente de la República, el Ing. Agr. Martín Aguirrezabala también señaló que el precio al público de algunos cortes de carne "debería bajar", puesto que en la última semana creció sustancialmente la faena en las plantas frigoríficas.

Avances en acuerdo de vinos y dificultad con medidas sanitarias

Brsuelas - La Unión Europea (UE) y el Mercosur avanzaron en los últimos días las negociaciones para un acuerdo sobre vinos y bebidas alcohólicas, pero tienen dificultades para definir las normas sanitarias y fitosanitarias que regirán su comercio, según afirmaron hoy fuentes diplomáticas del bloque sureño.

"Se ha hecho un avance muy importante en vinos y licores", acuerdo que, junto con el de medidas sanitarias y fitosanitarias (SPS), debe acompañar al acuerdo de asociación y libre comercio que las partes negocian actualmente, indicaron.

La UE tiene gran interés en este acuerdo porque servirá para proteger las denominaciones de origen de sus vinos, sobre todo españoles y también franceses e italianos, para lo cual Argentina y Uruguay deberán renunciar a utilizar algunos nombres al comercializar sus productos.

Tras los trabajos de los últimos días, las partes tienen "algún problema con las indicaciones geográficas", como el Rioja argentino, y "grandes problemas con las denominaciones tradicionales", sobre todo por la utilización en Argentina de denominaciones españolas, según las fuentes.

Pero los negociadores condicionan un acuerdo satisfactorio sobre vinos a otro también de peso sobre las SPS, lo que plantea problemas al Mercosur, cuyos cuatro países (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) no tienen armonizadas estas normas, lo que la UE les exige.

"Si la UE quiere un acuerdo sobre vinos, va a tener que avanzar en SPS", pero "si quiere que el Mercosur tenga normas comunes en todo" este sector, "no vamos a tener nada, y no habrá acuerdo en vinos", advirtieron las fuentes.

Reconocen que "es imposible que avancemos en todos los campos" en la armonización de estas reglas, por lo que la semana pasada, durante la ronda negociadora en Bruselas, propusieron a la UE acordar algunas normas para ir en ese camino de manera progresiva.

Para ello, el Mercosur espera que la UE presente una lista de productos que tienen interés en ingresar en el bloque, para el cual quiere una armonización de las normas comunes del Mercosur.

A continuación hay que estudiar "si las normas del Mercosur son compatibles con las de la UE, y viceversa, y si hay que hacer modificaciones", explicaron.

La víspera, la Comisión Europea dejó claro que estas normas son "absolutamente esenciales" para "garantizar alimentos seguros a los ciudadanos europeos", en palabras del comisario de Salud y Protección al Consumidor, David Byrne.

Aunque reconoció que "puede ser difícil adoptar estas normas, especialmente por parte de los países en vías de desarrollo", subrayó que "sería contraproducente y políticamente insostenible minar nuestros sistemas de seguridad alimentaria con normas más suaves para nuestras importaciones".

Byrne considera "infundadas" las "sospechas que se tienen fuera de nuestras fronteras" de que estas normas son "un elemento para proteger nuestros mercados haciendo más difícil la participación de otros".

Estas medidas "no son un obstáculo al comercio, más bien lo contrario, son esenciales para permitir el comercio", aseguró.

La semana pasada, el negociador jefe del Mercosur, el argentino Martín Redrado, declaró que el acuerdo de SPS es el capítulo que causa "mayor grado de preocupación" al bloque sureño en las actuales negociaciones comerciales.